

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO -  
COMPESA

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias  
Em 31 de março de 2019

## COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

Demonstrações contábeis intermediárias  
Em 31 de março de 2019

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as revisões das demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

## RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA  
Recife-PE

### Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia") em 31 de março de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.



#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 15 de maio de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 PE 001269/F-8

Jairo da Rocha Soares  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - PE

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized loop that starts at the top right, goes down, loops around to the left, and then goes back up to the right, crossing itself.

# Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

## Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/03/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	144.142	79.140	Empréstimos e financiamentos	12	44.257	43.937
Contas a receber de clientes	5	531.086	512.111	Fornecedores	13	125.400	128.053
Estoques	6	66.253	51.148	Debêntures	14	51.911	51.725
Ativo fiscal corrente	7	67.899	63.451	Depósitos e retenções contratuais		2.654	2.619
Convênios e outros investimentos		13.946	12.649	Passivo fiscal - corrente	15	41.324	28.957
Outros créditos a receber	9	15.606	17.485	Passivo fiscal - diferido	15	10.095	9.339
Despesas antecipadas		955	1.040	Consignações a recolher		2.833	5.140
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>839.887</b>	<b>737.024</b>	Salários e encargos sociais a pagar	16	57.983	55.599
				Juros sobre capital próprio a pagar		93.705	93.705
				Outras contas a pagar	17	13.487	13.746
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>443.649</b>	<b>432.820</b>
Contas a receber de clientes	5	26.261	27.467				
Ativo fiscal diferido	7	727	727	<b>Não circulante</b>			
Convênios e outros investimentos	8	148.501	143.505	Empréstimos e financiamentos	12	109.901	113.062
Depósitos judiciais		98.653	91.147	Debêntures	14	80.893	90.342
Investimentos		649	625	Provisão para perdas em processos judiciais	18	76.310	71.574
Imobilizado	10	100.983	100.021	Passivo fiscal - corrente	15	554	554
Intangível	11	6.402.134	6.247.915	Passivo fiscal - diferido	15	32.481	31.642
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>6.777.908</b>	<b>6.611.407</b>	Outras contas a pagar	17	817.740	762.050
				Benefício a empregados		188.003	188.003
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.305.882</b>	<b>1.257.227</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>1.749.531</b>	<b>1.690.047</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	19	5.010.683	5.010.683
				Adiantamento para futuro aumento de capital		686.487	513.907
				Ajustes de avaliação patrimonial		(14.812)	(14.837)
				Reservas de Lucros		148.631	148.631
				Lucros/Prejuízos acumulados		37.275	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.868.264</b>	<b>5.658.384</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.617.795</b>	<b>7.348.431</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>7.617.795</b>	<b>7.348.431</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

## Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
	Nota		
Receita operacional líquida	21	466.443	464.228
Custo dos serviços prestados	22	<u>(324.916)</u>	<u>(301.946)</u>
Lucro bruto		141.527	162.282
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	23	(33.343)	(62.112)
Administrativas	24	(41.764)	(30.568)
Tributárias		(4.812)	(4.521)
Honorários da administração		(123)	(304)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	<u>(6.413)</u>	<u>6.562</u>
		<u>(86.455)</u>	<u>(90.943)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>55.072</u>	<u>71.339</u>
Receitas financeiras	26	9.868	11.515
Despesas financeiras	26	<u>(22.470)</u>	<u>(23.228)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26	<u>(12.602)</u>	<u>(11.713)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>42.470</u>	<u>59.626</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente		(4.347)	(7.637)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido	15	(848)	(806)
Lucro líquido do período		<u><u>37.275</u></u>	<u><u>51.183</u></u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		<u><u>0,27</u></u>	<u><u>0,46</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Lucro líquido do período	37.275	51.183
Resultados abrangentes		
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	-	-
Variação líquida do valor justo de investimentos	25	44
Resultado abrangente total	<u>37.300</u>	<u>51.227</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva p/ dividendos adicionais		
Saldo em 01 de janeiro de 2018	4.000.000	864.022	(16.414)	15.935	31.870	146.662		5.042.075
Adiantamento para aumento de capital	-	84.208	-	-	-	-		84.208
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	44	-	-	-		44
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	51.183	51.183
Saldo em 31 de março de 2018	<u>4.000.000</u>	<u>948.230</u>	<u>(16.370)</u>	<u>15.935</u>	<u>31.870</u>	<u>146.662</u>	<u>51.183</u>	<u>5.177.510</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	5.010.683	513.907	(14.837)	25.646	51.294	71.691	-	5.658.384
Adiantamento para aumento de capital	-	172.580	-	-	-	-	-	172.580
Integralização de capital	-	-	25	-	-	-	-	25
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	37.275	37.275
Saldo em 31 de março de 2019	<u>5.010.683</u>	<u>686.487</u>	<u>(14.812)</u>	<u>25.646</u>	<u>51.294</u>	<u>71.691</u>	<u>37.275</u>	<u>5.868.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



# Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	37.275	51.183
Ajustes por:		
Depreciação	1.201	(9.537)
Amortização	9.008	9.347
Variação monetárias	(5.056)	2.229
Resultado do ativo imobilizado baixado	2.576	(277)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	33.810	(671)
Perdas por baixa de clientes	-	48.165
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	4.736	4.658
Ajuste de estoque	-	-
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(9.421)	(8.964)
	<u>75.724</u>	<u>96.940</u>
<b>Variações patrimoniais</b> (Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(51.579)	(42.666)
Estoques	(15.105)	(8.396)
Tributos a recuperar e diferidos	(4.448)	(6.543)
Créditos de convênios	(6.293)	(1.376)
Outros créditos a receber	1.879	(2.695)
Despesa antecipada	85	150
Depósitos judiciais	(7.506)	(2.150)
Fornecedores	(2.653)	(7.002)
Depósitos e retenções contratuais	35	17
Tributos a recolher	12.367	10.706
Consignações a recolher	(2.307)	(637)
Salários e encargos sociais a pagar	2.384	8.430
Outras contas a pagar	64.852	(1.871)
Provisões para contingências	-	(600)
	<u>67.435</u>	<u>42.307</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>67.435</b>	<b>42.307</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Outros Investimentos - aplicações financeiras	(24)	(6.305)
Ativo Imobilizado	(4.739)	(97.205)
Ativos Intangível	(163.227)	17.437
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(167.990)</b>	<b>(86.073)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	(4.353)	4.386
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(10.616)
Emissão de debêntures não conversíveis	-	3.412
Amortização de debêntures	(11.402)	(10.468)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	8.707	(7.990)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	172.580	84.208
Integralização de capital	25	-
	<u>165.557</u>	<u>62.932</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>165.557</b>	<b>62.932</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>65.002</u></b>	<b><u>19.166</u></b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	79.140	141.854
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>144.142</u>	<u>161.020</u>
	<u>65.002</u>	<u>19.166</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

# Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

## Demonstrações dos valores adicionados

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Receitas		
Água, esgoto e serviços	412.644	404.134
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.107)	(47.494)
Cancelamento	(3.003)	(4.301)
Outros	(6.667)	6.312
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(8.912)	(21.248)
Energia	(46.621)	(41.257)
Serviços de terceiros	(80.397)	(64.615)
Outros	(11.402)	(10.720)
Valor adicionado bruto	236.535	220.811
Retenções		
Depreciação e amortização	(9.206)	190
Valor adicionado líquido produzido	227.329	221.001
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.868	11.515
Aluguéis	255	250
Valor adicionado total a distribuir	237.452	232.766
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	74.621	72.181
Remuneração direta	47.224	46.408
Benefícios	23.602	21.923
FGTS	3.795	3.850
Tributos	102.883	86.002
Federais	98.741	83.118
Estaduais	2.335	2.140
Municipais	1.807	744
Remuneração de capitais de terceiros	22.673	23.400
Juros	22.470	23.228
Aluguéis	203	172
Remuneração de capitais próprios	37.275	51.183
Resultados retidos	37.275	51.183
Total distribuído	237.452	232.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Trimestre Findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1 Contexto operacional

A Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa ("Companhia") é uma Sociedade de Economia Mista de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco, com sede à Av. Cruz Cabugá, nº 1.387, Santo Amaro, Recife, Pernambuco. A Companhia tem por objeto social, por outorga do Estado de Pernambuco e delegação de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, regulada pela ARPE - Agência Reguladora de Pernambuco, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia, também, colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 50 anos. De um total de 173 concessões municipais operadas, nenhum contrato está em processo de renovação por estarem vencidos, 129 (75%) vencem de 2019 a 2027 e 44 (25%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2028. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão.

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias - CPC 21 (R1).

As demonstrações contábeis intermediárias foram autorizadas pela Administração em 15 de maio de 2019.

## 2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as informações contábeis intermediárias foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

## 2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os investimentos são mensurados pelo valor justo;
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e de perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

## 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2019 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção do CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil, conforme abaixo:

A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor; e
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

Quando a Companhia revisar sua estimativa do prazo de qualquer locação é efetuado ajuste no valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que são descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento. O valor contábil dos passivos de arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável de pagamentos futuros de arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado. Em ambos os casos, é feito um ajuste equivalente ao valor contábil do ativo de direito-de-uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado durante o prazo remanescente (revisado) do arrendamento.

Quando a Companhia renegociar os termos contratuais de um arrendamento com o seu locador, a contabilização depende da natureza da modificação:



- Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço, independente dos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima.
- Em todos os outros casos em que o termo renegociado aumenta o escopo do arrendamento (se isso é uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é remensurado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo do direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor.
- Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo de arrendamento quanto do direito de uso são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial do contrato de arrendamento com qualquer diferença reconhecida no resultado do exercício. O passivo de arrendamento é então ajustado para assegurar que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados durante o prazo renegociado, com os pagamentos de arrendamento modificados descontados à taxa aplicável na data da modificação. O ativo do direito de uso é ajustado pelo mesmo valor.

Como parte do expediente prático da norma, para os contratos que tanto conferem o direito à Companhia de usar um ativo identificado e requerem que determinados serviços sejam fornecidos pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, isto é, aloca qualquer parcela dos pagamentos contratuais referente a quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato.

Natureza dos arrendamentos mercantis da Companhia:

A Companhia arrenda vários imóveis nos municípios onde atua, no montante líquido de R\$ 735. A Companhia também aluga certos equipamentos e veículos, respectivamente, nos montantes líquidos de R\$ 1.156 e R\$ 11.784. Em todos os casos, os prazos de aluguel não ultrapassam 12 meses, o que exclui esses contratos do escopo da adoção inicial deste pronunciamento.

Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019:

Emissão da interpretação IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda.

Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;



Alteração da norma IAS 19 - Alterações no plano em casos de redução ou liquidação.  
Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos em possíveis eventos futuros de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados;

Alteração da norma IFRS 3 - Definição de negócio.

Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos;

Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade.

Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos bancários vinculados	10.406	16.149
Aplicações financeiras	<u>133.736</u>	<u>62.991</u>
	<u><u>144.142</u></u>	<u><u>79.140</u></u>

Composição das aplicações financeiras:

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos bancários vinculados - CDI	99% a 67% a.a.	27.236	14.901
Aplicações financeiras - CDB	97% a 55% a.a.	<u>106.500</u>	<u>48.090</u>
		<u><u>133.736</u></u>	<u><u>62.991</u></u>



As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias que correspondem a 90,5% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI (79,28% em 2018). Em 31 de março de 2019, o saldo de aplicações financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Uma análise sobre os riscos de crédito e mercado está apresentada na Nota Explicativa nº 29.3 e 29.5.

## 5 Contas a receber de clientes

	31/03/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Particulares	1.151.509	-	1.151.509	1.137.934	-	1.137.934
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(726.791)	-	(726.791)	(726.336)	-	(726.336)
Órgãos públicos	95.067	-	95.067	82.165	-	82.165
Outros Créditos (a)	(20.313)	-	(20.313)	(14.265)	-	(14.265)
	<u>499.472</u>	<u>-</u>	<u>499.472</u>	<u>479.498</u>	<u>-</u>	<u>479.498</u>
Parcelamentos (b)	28.043	17.383	45.426	28.853	18.444	47.297
Financiamentos (c)	3.571	8.878	12.449	3.760	9.023	12.783
	<u>31.614</u>	<u>26.261</u>	<u>57.875</u>	<u>32.613</u>	<u>27.467</u>	<u>60.080</u>
	<u><u>531.086</u></u>	<u><u>26.261</u></u>	<u><u>557.347</u></u>	<u><u>512.111</u></u>	<u><u>27.467</u></u>	<u><u>539.578</u></u>

- (a) Refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados e arrecadação a discriminar.
- (b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso.
- (c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa e/ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.





	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer:		
Faturas de água e esgotos	153.398	157.579
Parcelamentos (a)	45.427	47.296
Financiamentos (b)	12.449	12.783
	<u>211.274</u>	<u>217.658</u>
Até 30 dias	58.345	56.806
De 31 a 60 dias	33.652	30.889
De 61 a 90 dias	26.806	26.436
Mais de 90 dias	227.270	207.789
	<u>346.073</u>	<u>321.920</u>
Total do circulante e não circulante	<u>557.347</u>	<u>539.578</u>

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Saldo inicial	726.336	644.760
Recuperação de PCLD	(33.355)	(121.367)
Perda do exercício	33.810	206.973
Provisão para perda	-	8.795
Reversão da PCLD	-	(12.825)
Saldo final	<u>726.791</u>	<u>726.336</u>

## 5.1 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

As Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa contas a receber é calculada tendo como base a expectativa de perda efetiva, para os clientes particulares e públicos, inclusive sendo baixada quando atingido o prazo prescricional (10 anos), quando não iniciado processo judicial. Considera-se para alguns clientes públicos um baixo risco de perdas, em virtude da compensação dos atrasos nas faturas em serviços, sendo estas ressarcidas via serviços de pavimentação de rua, mediante convênios assinados com as prefeituras.

Leva-se em consideração o prazo decorrido por tipo de cliente e valor da fatura para análise individualizada, que considera o histórico e expectativa futura dos consumidores inadimplentes.

## 5.2 Restrições contratuais

Foram dados em garantia de empréstimos, direitos creditórios, debêntures, conforme segue:

	31/03/2019	31/12/2018
Caixa Econômica Federal I	-	1.400
Caixa Econômica Federal II	2.547	2.634
Banco do Nordeste do Brasil	1.715	1.715
Banco do Brasil	2.100	2.100
BNDES	41.103	41.103
Debêntures III	5237	5599
FIDC	7.316	7.796
IN-14	8.847	-
Saldo final	<u>68.865</u>	<u>62.347</u>

## 6 Estoques

	31/03/2019	31/12/2018
Material de operação e manutenção	47.129	37.170
Material de tratamento químico	18.731	13.628
Outros materiais	393	350
	<u>66.253</u>	<u>51.148</u>

## 7 Ativo fiscal - corrente e diferido

	31/03/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Corrente				
Imposto de renda a recuperar	23.992	-	23.513	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	39.773	-	32.306	-
COFINS a recuperar	767	-	3.704	-
PIS a recuperar	554	-	1.111	-
INSS a recuperar	812	-	812	-
Outros	2.001	-	2.005	-
	<u>67.899</u>	<u>-</u>	<u>63.451</u>	<u>-</u>
Diferido				
CSLL diferido	-	727	-	727
	<u>-</u>	<u>727</u>	<u>-</u>	<u>727</u>
	<u>67.899</u>	<u>727</u>	<u>63.451</u>	<u>727</u>



A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidentes sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

## 8 Convênios e outros investimentos

### 8.1 Circulante

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
Outros Investimentos		
Pessoal a disposição outros órgãos	13.946	12.649
	<u>13.946</u>	<u>12.649</u>

### 8.2 Não circulante - Outros investimentos

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos bancários - Conta convênio	45	165
Aplicações financeiras - Convênio (i)	12.084	12.105
Aplicações financeiras - Garantia banco (ii)	20.591	15.543
Títulos e valores mobiliários (iii)	12.837	12.748
	<u>45.557</u>	<u>40.561</u>
Convênios Federais	2.155	2.155
Convênios Estaduais	5.405	5.405
Convênios Municipais	95.384	95.384
	<u>102.944</u>	<u>102.944</u>
	<u>148.501</u>	<u>143.505</u>

- (i) Refere-se à aplicação de verba recebida de convênios passivos vinculados a aplicações financeiras.
- (ii) Decorre de reserva oferecida como garantia de debêntures II.
- (iii) Refere-se ao investimento da Companhia em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - COMPESA, conforme cláusula contratual.

Os contratos Federais, Estaduais e Municipais são decorrentes de convênios de cooperação técnica em saneamento básico, sendo celebrados com os seguintes municípios e órgão estaduais:



	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Federais	2.155	2.155
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
Estaduais	5.405	5.405
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	602	602
Municipais	95.384	95.384
Prefeitura do Recife - SANEAR (a)	91.434	91.434
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Prefeitura de Caruaru	437	437
Outros	226	226
	<u>102.944</u>	<u>102.944</u>

#### (a) Prefeitura do Recife - SANEAR

Entre os exercícios de 2010 a 2012, foram realizadas prestações de contas do Convênio SANEAR, o qual tinha por objeto a execução de obras relacionadas com a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário. Contudo, quando da aceitação da obra pela equipe da Compesa, esta identificou a necessidade de adequações técnicas. Até a presente data, não houve uma solução para este assunto, contudo a Administração da Companhia nomeou uma equipe de trabalho para solucionar o impasse. A equipe da COMPESA solicitou adequações ao SANEAR e está aguardando a realização destas. Em 2018, foram duas liberações, à saber: em 19 de abril, no valor de R\$ 2.362 e em 16 de agosto no valor de R\$ 20.000. No primeiro trimestre de 2019 não houve liberação de repasse à SANEAR.

## 9 Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores e adiantamento para 13º salário aos empregados da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamentos a fornecedores	11.678	14.877
Adiantamento 13º salário	1.296	-
Adiantamento participações empregados	1.677	1.677
Outros	955	931
	<u>15.606</u>	<u>17.485</u>





## 10 Imobilizado

### 10.1 Composição

	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	28.875	(14.001)	14.874	28.470	(13.533)	14.937
Computadores e periféricos	21.482	(17.138)	4.344	21.271	(16.610)	4.661
Telefonia e comunicação	1.864	(1.242)	622	1.864	(1.213)	651
Ferramentas de manutenção	181	(133)	48	181	(130)	51
Bens de segurança	147	(109)	38	147	(107)	40
Eletrodoméstico	1.062	(720)	342	1.055	(704)	351
Móveis e utensílios	6.761	(4.143)	2.618	6.590	(4.072)	2.518
Veículos	5.976	(5.856)	120	5.976	(5.807)	169
Edificações	15.136	(5.010)	10.126	15.136	(4.975)	10.161
Terrenos	2.253	-	2.253	2.253	-	2.253
Bens sem tombamento	146	-	146	146	-	146
Obras em Andamento material para expansão	55.731	-	55.731	54.428	-	54.428
Obras em Andamento material para automação	9.403	-	9.403	9.353	-	9.353
Obras em Andamento material para plano de aplicação	208	-	208	192	-	192
Migração de Ativo Fixo/Saldo	110	-	110	110	-	110
<b>Total</b>	<b>149.335</b>	<b>(48.352)</b>	<b>100.983</b>	<b>147.172</b>	<b>(47.151)</b>	<b>100.021</b>



## 10.2 Movimentação do custo do imobilizado

	31/03/2019					31/12/2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	28.470	431	(26)	-	28.875	24.438	3.849	-	183	28.470
Computadores e periféricos	21.271	244	(33)	-	21.482	20.436	775	-	60	21.271
Telefonia e comunicação	1.864	-	-	-	1.864	1.155	709	-	-	1.864
Ferramentas de manutenção	181	-	-	-	181	116	189	(124)	-	181
Bens de segurança	147	-	-	-	147	105	42	-	-	147
Eletrodoméstico	1.055	8	(1)	-	1.062	1.096	-	(41)	-	1.055
Móveis e utensílios	6.590	182	(11)	-	6.761	5.662	928	-	-	6.590
Veículos	5.976	-	-	-	5.976	8.404	-	(2.428)	-	5.976
Edificações	15.136	-	-	-	15.136	59	15.136	(59)	-	15.136
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253	3.982	-	(1.729)	-	2.253
Bens sem tombamento	146	-	-	-	146	146	-	-	-	146
Obras em Andamento material para expansão	54.428	3.761	(2.458)	-	55.731	33.377	21.294	-	(243)	54.428
Obras em Andamento material para automação	9.353	97	(47)	-	9.403	7.866	1.487	-	-	9.353
Obras em Andamento material para plano de aç	192	16	-	-	208	-	201	(9)	-	192
Migração de Ativo Fixo/Saldo	110	-	-	-	110	75.925	110	(75.925)	-	110
<b>Total do custo</b>	<b>147.172</b>	<b>4.739</b>	<b>(2.576)</b>	<b>-</b>	<b>149.335</b>	<b>182.767</b>	<b>44.720</b>	<b>(80.315)</b>	<b>-</b>	<b>147.172</b>



### 10.3 Movimentação da Depreciação

	Taxas (a.a.%)	31/03/2019				31/12/2018			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(13.533)	(468)	-	(14.001)	(10.738)	(2.795)	-	(13.533)
Computadores e periféricos	20	(16.610)	(528)	-	(17.138)	(14.183)	(2.427)	-	(16.610)
Telefonia e comunicação	20	(1.213)	(29)	-	(1.242)	(827)	(386)	-	(1.213)
Ferramentas de manutenção	20	(130)	(3)	-	(133)	(87)	(43)	-	(130)
Bens de segurança	20	(107)	(2)	-	(109)	(85)	(22)	-	(107)
Eletrodoméstico	10	(704)	(16)	-	(720)	(605)	(99)	-	(704)
Móveis e utensílios	10	(4.072)	(71)	-	(4.143)	(3.432)	(640)	-	(4.072)
Veículos	10	(5.807)	(49)	-	(5.856)	(5.610)	(197)	-	(5.807)
Edificações	20	(4.975)	(35)	-	(5.010)	(14)	(4.961)	-	(4.975)
Migração de Ativo Fixo/Saldo	4	-	-	-	-	(45.490)	-	45.490	-
<b>Total</b>		<b>(47.151)</b>	<b>(1.201)</b>	<b>-</b>	<b>(48.352)</b>	<b>(81.071)</b>	<b>(11.570)</b>	<b>45.490</b>	<b>(47.151)</b>



## 11 Intangível

### 11.1 Composição

	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	6.255.675	(751.614)	5.504.061	6.160.312	(742.765)	5.417.547
Contratos de concessões - PPP	863.405	-	863.405	796.274	-	796.274
Direitos de uso de softwares	38.928	(4.260)	34.668	38.195	(4.101)	34.094
	<u>7.158.008</u>	<u>(755.874)</u>	<u>6.402.134</u>	<u>6.994.781</u>	<u>(746.866)</u>	<u>6.247.915</u>

#### Contratos de concessões - PPP

A COMPESA e a Odebrecht Ambiental, sociedade de propósito específico, assinaram em 15 de fevereiro de 2013, o contrato da Parceria Público-Privada para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 10 anos, cuja operação iniciou em julho de 2013. Em 25 de abril de 2017, foi alterado o controle indireto da Odebrecht Ambiental, onde a Odebrecht S.A. alienou a totalidade de sua participação indireta da Odebrecht Ambiental para a Brookfield Asset Management, Inc. ("Brookfield"), através da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), nova holding detentora dos ativos nos setores de saneamento e utilidades até então detidos pela Odebrecht Ambiental S.A., passando assim a ser a nova controladora indireta da Odebrecht Ambiental. Em consequência foi alterado a razão social da ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. para BRK AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. Foi alterado o controlador indireto e a denominação social, sem qualquer impacto na prestação dos serviços objeto do CONTRATO.





## Garantias

Foram totalizados o valor de R\$ 598 referente a bens oferecidos em garantia judicial.

## Compromissos contratuais

De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia; esta se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços.

## 11.2 Movimentação

	Taxas (a.a.%)	31/03/2019				31/12/2018			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Contratos de concessões									
Custo		6.160.312	105.867	(10.504)	6.255.675	5.574.474	585.838	-	6.160.312
Amortização	2%	(742.765)	(8.849)	-	(751.614)	(668.301)	(74.464)	-	(742.765)
		<u>5.417.547</u>	<u>97.018</u>	<u>(10.504)</u>	<u>5.504.061</u>	<u>4.906.173</u>	<u>511.374</u>	<u>-</u>	<u>5.417.547</u>
Contratos de concessões - PPP									
Custo		796.274	77.622	(10.491)	863.405	598.328	203.160	(5.214)	796.274
Amortização		-	-	-	-	-	-	-	-
		<u>796.274</u>	<u>77.622</u>	<u>(10.491)</u>	<u>863.405</u>	<u>598.328</u>	<u>203.160</u>	<u>(5.214)</u>	<u>796.274</u>
Softwares e direitos de uso									
Custo		38.195	774	(41)	38.928	36.467	10.041	(8.313)	38.195
Amortização	10%	(4.101)	(159)	-	(4.260)	(3.463)	(638)	-	(4.101)
		<u>34.094</u>	<u>615</u>	<u>(41)</u>	<u>34.668</u>	<u>33.004</u>	<u>9.403</u>	<u>(8.313)</u>	<u>34.094</u>
		<u>6.247.915</u>	<u>175.255</u>	<u>(21.036)</u>	<u>6.402.134</u>	<u>5.537.505</u>	<u>723.937</u>	<u>(13.527)</u>	<u>6.247.915</u>

## 12 Empréstimos e financiamentos

	31/03/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil - FIDC (a)	21.875	61.875	20.000	67.500
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (b)	4.604	6.906	4.604	8.056
Caixa Econômica Federal II (c)	7.778	-	9.333	779
Banco do Brasil (d)	10.000	25.833	10.000	28.333
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (e)	-	5.891	-	4.761
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (f)	-	9.396	-	3.633
	<u>44.257</u>	<u>109.901</u>	<u>43.937</u>	<u>113.062</u>

- (a) A Companhia captou recursos por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através do Banco do Brasil - Investimentos (Coordenador). O FIDC Compesa possui como característica básica a cessão dos direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus de titularidade da COMPESA, oriundos da prestação de serviços de saneamento básico a seus usuários.

O fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em maio de 2022. A primeira emissão foi em maio de 2015 com prazo de amortização de 96 meses, incluídos 6 meses de carência, a amortização iniciou em novembro de 2015. Remunerado à taxa de CDI + 2,85% a.a.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 31 de março de 2019 é de R\$ 96.709 (R\$ 100.346 em 2018), composto por cotas seniores detidas por terceiros, investidor institucional, que totalizam R\$ 83.870 (R\$ 87.594 em 2018) e por cotas subordinadas adquiridas pela Companhia que perfazem R\$ 12.886 (R\$ 12.798 em 2018), que representa 13,32% (12,75% em 2018) do patrimônio do Fundo. A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.

O Balanço Patrimonial, referente a 31 de março de 2019, do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), segue representado:

ATIVO			PASSIVO		
	31/03/2019	31/12/2018		31/03/2019	31/12/2018
<b>Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>			<b>Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>		
Disponibilidades	20	12	Provisão para Pgtos a Efetuar	32	45
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.886	12.798	Valores a Pagar a Sociedade Administradora	37	37
Operações de Crédito	83.870	87.594			
Outros Valores e Bens	-	20	Patrimônio Líquido	96.709	100.346
Compensação	2	4	Capital Social	92.302	97.302
			Lucros ( Prejuízos ) Acumulados	4.407	3.044
<b>Total Geral do Ativo</b>	<b>96.778</b>	<b>100.428</b>	<b>Total Geral do Passivo</b>	<b>96.778</b>	<b>100.428</b>

Fonte: Site CVM (Comissão Valores Mobiliários) - Adaptado em milhares.

- (b) Refere-se a contrato de financiamento para aplicação em saneamento básico, referente ao Projeto de Loteamento Turístico das Praias do Paiva e Itapuama no município do Cabo de Santo Agostinho. Possui carência de três anos com pagamento de juros trimestral, amortização a partir de 21 de outubro de 2012 e vencimento em 21 de setembro de 2021 (108 meses) e taxa efetiva de juros de 10,00% a.a. Foi oferecida como garantia cessão de vinculação de recebíveis no montante correspondente a duas parcelas (principal + juros) e como fundo de liquidez o valor de três parcelas. Adicionalmente, a Companhia deverá manter seguro de cobertura para conclusão de obras. O total do investimento no projeto será de R\$ 53.923, sendo R\$ 10.785 com utilização de recursos próprios e R\$ 43.138 oriundos do programa FNE-PROINFRA via BNB;
- (c) Em 28 de janeiro de 2016 foi assinado contrato para atender o capital de giro da empresa, tendo o novo contrato vencimento em 28 de janeiro de 2020, incidência de juros remunerados à taxa de 100% CDI CETIP + 0,40% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 28 de janeiro de 2017. O valor contratado foi de R\$ 28.000. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes;
- (d) Refere-se a empréstimo para garantir a provisão de fundos de conta corrente, no valor de R\$ 40.000, mediante Cédula de Crédito Bancário assinada em 03 de outubro de 2017. Os encargos financeiros estabelecidos são remunerados à taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de sobretaxa efetiva de 2,85% a.a, com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 13 de novembro de 2018 e o vencimento será em 13 de outubro de 2022. Foram oferecidas como garantia duplicatas de prestação de serviço em montante equivalente, no mínimo, de R\$ 2.100;
- (e) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 14.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras, dentro do Programa Saneamento para Todos - Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da COMPESA. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 240 meses, contado a partir de 29/12/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;
- (f) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do Alto Capibaribe, que beneficiará os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Jataúba, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes, dentro do Programa Saneamento para Todos - Público. Valor do Investimento: R\$ 82.000, sendo R\$ 8.200 de contrapartida da COMPESA. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 240 meses, contado a partir de 29/12/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%.

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/03/2019	31/12/2018
2020	32.828	42.882
2021	43.650	43.561
2022	18.549	18.452
2023	14.874	8.167
	<u>109.901</u>	<u>113.062</u>



Os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível, anteriormente classificado como imobilizado) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

## 13 Fornecedores

	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais (a)	19.079	20.756
Prestadores de serviços (b)	49.464	55.613
Empreiteiros de obras (c)	6.607	8.864
Fornecedor de energia elétrica	31.517	34.389
Outros (d)	18.733	8.431
	<u>125.400</u>	<u>128.053</u>

- (a) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e a implantação da Adutora do Agreste;
- (b) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação;
- (c) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia;
- (d) Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, alimentação, locação de veículos e fornecedores mistos.

## 14 Debêntures

Contrato	Taxas	31/03/2019			31/12/2018		
		Quantidade	Circulante	Não circulante	Quantidade	Circulante	Não circulante
Debêntures I							
07.211.101/017	TJLP +2,44 a.a.	118	896	-	118	893	223
07.211.101/025	TJLP +2,44 a.a.	73	555	-	73	552	138
07.211.101/033	TJLP +2,44 a.a.	140	1.063	-	140	1.059	265
07.211.101/041	TJLP +2,44 a.a.	149	1.132	-	149	1.128	282
07.211.101/050	TJLP +2,44 a.a.	304	2.309	-	304	2.301	576
07.211.101/068	TJLP +2,44 a.a.	91	692	-	91	689	172
07.211.101/076	TJLP +2,44 a.a.	125	966	-	125	963	241
		<u>1.000</u>	<u>7.613</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>	<u>7.585</u>	<u>1.897</u>
Debêntures II							
11.200.491/011	TJLP +2,51 a.a.	3.000	6.338	6.867	3.000	6.315	8.426
11.200.491/038	TJLP +2,51 a.a.	1.100	8.451	9.156	1.100	8.419	11.234
11.600.051/027	9,78%aa+IPCA	3.000	9.837	22.245	3.000	9.734	21.243
		<u>7.100</u>	<u>24.626</u>	<u>38.268</u>	<u>7.100</u>	<u>24.468</u>	<u>40.903</u>
Debêntures III							
CT.PS.16.3.001	CETIP	10.000	19.672	42.625	10.000	19.672	47.542
		<u>10.000</u>	<u>19.672</u>	<u>42.625</u>	<u>10.000</u>	<u>19.672</u>	<u>47.542</u>
		<u>18.100</u>	<u>51.911</u>	<u>80.893</u>	<u>18.100</u>	<u>51.725</u>	<u>90.342</u>



## 14.1 Debêntures I

Em 3 de março de 2008, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o contrato de subscrição particular de emissão de 1.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações. Em 15 de fevereiro de 2008, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 69.211. O BNDES adquiriu a totalidade das debêntures.

Os referidos títulos são atualizados pela TJLP, mais juros de 2,44% a.a. O prazo de subscrição integral foi até 15 de agosto de 2010. Esta teve carência para pagamento até 15 de setembro de 2010.

O contrato estabelece o total de 114 prestações mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 do mês subsequente ao prazo de término da carência e o vencimento final dar-se-á em 15 de março de 2020. As debêntures estão garantidas por recebíveis de clientes e conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à maior prestação de amortização do principal e acessório da dívida decorrente das debêntures. A conta reserva corresponde a uma aplicação financeira em conta corrente não movimentável pela Companhia em títulos do Tesouro Nacional, em fundos por eles lastreados ou, ainda, em títulos de emissão do próprio banco.

Os títulos foram emitidos com os seguintes objetivos:

- (i) Estruturação e modernização da gestão dos escritórios locais;
- (ii) Implantação de um sistema de gestão empresarial (ERP);
- (iii) Implantação do sistema de informação, supervisão e controle em tempo real (SIGA);
- (iv) Instalação e substituição de hidrômetros; e
- (v) Melhoria da gestão de suprimentos.

## 14.2 Debêntures II

Em 17 de maio de 2011, a Companhia celebrou novo contrato de promessa de subscrição de 7.100 debêntures simples e nominativas, sendo a primeira série de colocação do BNDES, a segunda de colocação do BNDESPAR e a terceira do BNDES, no valor total de R\$ 144.000 para serem investidos em seu desenvolvimento institucional e operacional, bem como na implantação, ampliação e modernização dos seus sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas de concessão. Sobre o principal incidem juros de 2,51% acrescidos da TJLP. Como garantias, foram oferecidos direitos creditórios ou direitos emergentes de contratos de programas e de concessão celebrados com os municípios de Recife e Olinda, direitos creditórios detidos na conta Reserva, conta vinculada e na conta pagamento IPCA ao BNDES. As debêntures têm prazo de carência de 36 meses a contar da data de emissão, e suas formas de amortização variam em decorrência das séries de emissão. Foram subscritas apenas 7.100 debêntures desta emissão com vencimento da última parcela em abril de 2021.

### 14.3 Debêntures III

Em 4 de janeiro de 2016, a Companhia firmou contrato com o banco Santander de emissão pública. Em 31 de maio de 2016 foram emitidas 10.000 debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000. Sobre o principal renderão juros correspondentes a acumulação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros). O contrato estabelece um prazo de 72 meses, sendo 12 meses de carência a contar da data de emissão. Logo, a amortização do saldo devedor iniciou em maio de 2017 e o vencimento da última parcela é em abril de 2021.

### 14.4 Cláusulas restritivas

Os debenturistas podem declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na ocorrência dos seguintes principais eventos:

- Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;
- Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento; e
- Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Governo do Estado).

Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em decorrência da operação de debêntures contratada no BNDES, a Companhia encontra-se impedida de efetuar, sem a anuência da instituição financeira, a alienação de bens vinculados à concessão (classificados no intangível) em valor acima de R\$ 50.000, bem como deverá manter índices econômico-financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices implica a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado das debêntures.

Em 31 de março de 2019, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

### 14.5 Cronograma de vencimento

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Companhia:



	31/03/2019	31/12/2018
2020	36.970	46.935
2021	35.724	35.208
2022	8.199	8.199
	<u>80.893</u>	<u>90.342</u>

## 15 Passivo fiscal corrente e diferido

	31/03/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos próprios				
Corrente:				
COFINS e PIS	8.582	-	5.600	-
CSLL	21.525	-	14.019	-
Outros tributos a recolher	2	-	2	-
Parcelamento - Outros	97	554	116	554
	<u>30.206</u>	<u>554</u>	<u>19.737</u>	<u>554</u>
Tributos retidos de terceiros				
Corrente:				
IRRF	4.879	-	2.914	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	1.053	-	1.257	-
ISS	1.901	-	1.966	-
INSS	3.247	-	3.045	-
Outros tributos a recolher	38	-	38	-
	<u>11.118</u>	<u>-</u>	<u>9.220</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal - corrente	<u>41.324</u>	<u>554</u>	<u>28.957</u>	<u>554</u>
Tributos próprios				
Diferido:				
PIS	1.801	-	1.666	-
COFINS	8.294	-	7.673	-
CSLL	-	32.481	-	31.642
Passivo fiscal - diferido	<u>10.095</u>	<u>32.481</u>	<u>9.339</u>	<u>31.642</u>
	<u>51.419</u>	<u>33.035</u>	<u>38.296</u>	<u>32.196</u>

### 15.1 Passivo fiscal - corrente

#### PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS) e em 31 de março de 2019 totalizaram R\$ 8.582 (R\$ 5.600 em 2018).

#### ISS retido a recolher

A Companhia reteve, sobre o valor a pagar a terceiros, valores referentes ao Imposto Sobre Serviços (ISS) que, em 31 de março de 2019, totalizaram R\$ 1.901 (R\$ 1.966 em 2018).



## 15.2 Passivo fiscal - diferido

### PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS), pelo regime de competência, sobre diferenças de bases fiscais de faturamento a órgãos governamentais, as quais são tributáveis quando as faturas são liquidadas. Essas diferenças são contabilizadas em PIS a recolher - diferido e COFINS a recolher - diferido.

### Imunidade Tributária

Em 14 de novembro de 2018 foi proferida e publicada pelo Supremo Tribunal Federal a decisão negando provimento ao Recurso Extraordinário nº 1.172.083 contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, interposto pela União Federal na Ação Declaratória de imunidade tributária recíproca (impostos federais) proposta pela Compesa. Em consequência da decisão, houve a confirmação do reconhecimento em favor da Compesa do direito à imunidade tributária recíproca no tocante a todos os impostos federais, com especial atenção para IRPJ, IRRF e IOF.

A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Essa despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

### Contribuição social sobre o lucro líquido - diferida

A contribuição social diferida é reconhecida em sua totalidade, conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando a receita ou a despesa estão incluídas no lucro contábil do exercício, mas estão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em exercício diferente.

A contribuição social diferida é determinada considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando a respectiva contribuição social for realizada.

A contribuição social diferida é reconhecida somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.





## 16 Salários e encargos sociais a pagar

	31/03/2019	31/12/2018
Provisão para 13º salário	5.178	-
Participação no resultado	10.915	10.915
Provisão para férias	21.931	21.981
INSS a recolher	5.405	5.582
Salários a pagar	2	10
FGTS a recolher	1.243	1.841
Valores a pagar COMPESAPREV	316	1.725
Valores a pagar COMPESASAÚDE	2.480	3.340
SESI/SENAI a recolher	397	840
Vale Alimentação	4.942	7.943
Rescisões	892	1.271
Outros - Transitória COMPESAPREV	4.282	151
	<u>57.983</u>	<u>55.599</u>

## 17 Outras contas a pagar

	31/03/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Confissão de dívida com COMPESAPREV (17.1)	11.287	23.789	11.170	25.722
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE (17.2)	271	74	273	181
Prefeitura de Petrolina (17.3)	1.057	512	1.057	512
Convênios Estaduais e Federais (17.4)	-	-	-	1.648
Convênios CODEVASF (17.4)	-	92.301	-	90.632
Ressarcimento a terceiros (17.5)	-	-	400	-
Parceria Público-Privada - PPP (17.6)	-	863.405	-	796.274
Recuperação CBOS - PPP (17.6)	-	(162.372)	-	(152.951)
Crédito Governo do Estado (17.7)	-	-	-	-
Outros	872	31	846	32
	<u>13.487</u>	<u>817.740</u>	<u>13.746</u>	<u>762.050</u>



### 17.1 Confissões de dívida com COMPESAPREV

Em 7 de julho de 2005, a COMPESA e a COMPESAPREV - Fundação COMPESA de Previdência e Assistência, tendo como interveniente o Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE, celebraram instrumento particular de retificação da confissão da dívida na qual a Companhia se comprometeu a pagar as dívidas da seguinte forma:

Vencimento a partir do prazo de julho de 2006 em 195 prestações mensais e consecutivas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos juros remuneratórios calculados pela Tabela Price de amortização a 7% ao ano sobre o saldo devedor. O saldo em 31 de março 2019 totalizou R\$ 35.076 (R\$ 36.892 em 31/12/2018), restando 42 parcelas/120. A dívida será quitada em setembro de 2022.

	Saldo inicial 31/12/2018	Encargos	Amortização	Saldo final 31/03/2019
Confissão de dívida com COMPESAPREV	36.892	375	2.191	35.076

### 17.2 Confissões de dívida com COMPESASAÚDE

Em 22 de maio de 2009, foi assinado o instrumento de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação COMPESA de Previdência e Assistência e a Companhia Pernambucana de Saneamento. Neste documento, a COMPESA assume a dívida no valor de R\$ 2.800, que deverá ser atualizado e corrigido.

O saldo devedor em 31 de março de 2019 é de R\$ 345 (R\$ 454 em 31 de dezembro de 2018).

A dívida é referente aos passivos dos tributos PIS e COFINS do assistencial (COMPESASAÚDE) para o previdencial da COMPESAPREV relativo ao período entre maio de 2001 e setembro de 2007.

No instrumento foi negociado o parcelamento de dívida em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price com juros reais equivalentes a 6% ao ano, atualizados mensalmente pelo indexador monetário considerado na meta atuarial (INPC + 5,5%) ao ano, sendo a primeira prestação com vencimento em 1º de fevereiro de 2010 e a última em dezembro de 2019, restando 9/120 parcelas.

	Saldo inicial 31/12/2018	Encargos	Amortização	Saldo final 31/03/2019
Confissão de dívida com COMPESASAUDE	454	11	120	345

### 17.3 Prefeitura de Petrolina

Em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 por conta da prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto pela COMPESA à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 24 parcelas mensais fixas e irredutíveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

### 17.4 Convênios (Estaduais e Federais)

#### Porto de Suape

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia celebrou com o Porto de Suape convênio para execução e planejamento, visando à elaboração de estudos ambientais para projeto básico e estudos necessários para construção de sistema produtor de recursos hídricos, no valor de R\$ 2.013. Tal convênio teve vigência de 480 dias, contudo se encontrava vigente em 2017 em função de pendências de prestação de contas. No exercício de 2018 houve o desembolso do saldo restante no valor de R\$ 3.234.

#### CEHAB

Em 22 de novembro de 2010 foi firmado com a Companhia Estadual de Habitação e Obras, convênio para o remanejamento da linha tronco de distribuição de água nos diâmetros de 600mm e 250mm na Avenida Maria Irene. Tal convênio entrou em vigência em 31 de março de 2011 e encontra-se vigente até a presente data devido a pendências de prestação de contas.

#### Órgãos Federais

#### DER

Em 5 de dezembro de 2002, a Companhia celebrou com o DER convênio para cooperação técnica para implantação da reserva ecológica de Gurjaú e reflorestamento de 100 ha da faixa do entorno do reservatório da barragem de Tapacurá, no valor de R\$ 582. Tal convênio teve vigência de seis anos, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas.



#### Ministério do Turismo

Em 30 de junho de 2006, foi celebrado convênio, por meio do Ministério do Turismo, para implantação do Projeto Melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, ação elegível e integrante do PRODETRUR II, programa parcialmente financiado com recurso do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. O montante total do convênio foi de R\$ 4.085, sendo R\$ 453 com recursos da COMPESA e o restante com recursos do poder concedente (Ministério do Turismo), os quais foram integralmente aportados até a presente data. As formalidades necessárias para a realização da Prestação de Contas conforme estabelecido no convênio foram concluídas em 2018.

#### Ministério da Integração Nacional

Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado de Pernambuco, convênio para a implantação, operação e manutenção da infraestrutura de abastecimento de água de comunidades rurais localizadas em Pernambuco, ao longo dos canais do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF. Tal convênio tem vigência de 720 dias a contar da assinatura e valor total de R\$ 41.133, estando ativo em razão de obras em execução.

#### SENAI

Em janeiro de 1984, a Companhia celebrou com o SENAI convênio para cooperação técnica para realização de programas de desenvolvimento dos funcionários. Tal convênio tem vigência até dezembro de 1984. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de ainda existirem pendências de prestação de contas.

#### CODEVASF

Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução em julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 65.000. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de obras em andamento.



### 17.5 Ressarcimento a terceiros

O saldo apresentado nessa rubrica corresponde a valores recebidos de clientes classificados como recebimentos em duplicidade. Estes valores ficam registrados na contabilidade por um período de 5 anos, até que o cliente faça a solicitação de devolução ou de compensação. Após 5 anos, a Companhia reconhece esses valores como receitas financeiras.

### 17.6 Parceria Público-Privada (PPP)

O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da COMPESA. (Nota Explicativa 12.1). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referente à contraprestação básica da operação do sistema - CBOS, durante o período da concessão previsto para 35 anos.

### 17.7 Crédito Governo do Estado

Os valores apresentados nessa rubrica tratam-se de créditos a pagar, provenientes de juros sobre o capital próprio (JSCP) de anos anteriores, ao acionista majoritário, o Governo do Estado de Pernambuco. Esses créditos não possuem prazo de vencimento e foram constituídos para registrar a remuneração do capital do sócio majoritário.

## 18 Provisão para perdas em processos judiciais

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ações trabalhistas	34.602	30.136
Ações cíveis/tributárias	41.708	41.438
	<u>76.310</u>	<u>71.574</u>

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para perdas em processos judiciais:



	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	23.042	38.601	61.643
Constituição de Provisões	11.669	11.668	23.337
Reversão de provisões	(4.575)	(8.831)	(13.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.136	41.438	71.574
Constituição de provisões	4.466	891	5.357
Reversão de provisões	-	(621)	(621)
Saldo em 31 de março de 2019	34.602	41.708	76.310

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 98.653 (R\$ 91.147 em 2018).

As declarações de rendimentos e os demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitos a exame por parte de Autoridades Fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à COMPESA, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo o montante de R\$ 76.310 (R\$ 71.574 em 2018).

## 19 Patrimônio líquido

### 19.1 Capital social

O Capital Autorizado da Companhia passou de R\$ 4.000.000 para R\$ 6.000.000 conforme AGOE datada de 30 de abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2018, o capital integralizado da Companhia é de R\$ 5.010.683 representado por 137.302.201 ações ordinárias e 80.187 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Em abril de 2018, houve integralização de capital social oriundo de recurso do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$ 864.022 e de incorporação das reservas de lucros no valor de R\$ 146.661, totalizando R\$ 1.010.683. Com isso a quantidade de ações da Cia foi modificada de 110.623.469 para 137.382.388.

Foi recebido adiantamento do Governo do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 172.580 (R\$ 513.907 em 2018) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto aprovados pela lei de orçamentaria anual - LOA estadual 2018. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 686.487 (R\$ 513.907 em 2018).

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros

## 19.2 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

	31/03/2019	31/12/2018
Movimentação		
Saldo inicial de adiantamento	513.907	864.022
Quantidade de ações	6.053	21.484
Adiantamento no período/exercício (*)	172.580	513.907
Quantidade de ações	4.190	7.543
Incorporação ao capital social	0	864.022
Quantidade de ações	0	22.974
Saldo final de adiantamentos	686.487	513.907
Quantidade de ações	10.243	6.053

(\*) referem-se aos créditos recebidos do governo por meio de empenhos no montante de R\$ 172.580 no período (R\$ 513.907 em 31 de dezembro de 2018).

## 20 Receita operacional líquida

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	321.259	314.791
Serviços de esgotamento sanitário	91.386	89.343
Serviços de construção	95.625	101.467
	<u>508.270</u>	<u>505.601</u>
Deduções da receita		
COFINS e PIS	(38.824)	(37.072)
Cancelamentos	(3.003)	(4.301)
	<u>(41.827)</u>	<u>(41.373)</u>
	<u>466.443</u>	<u>464.228</u>

### Custos dos serviços prestados

	31/03/2019	31/03/2018
Pessoal	(67.205)	(65.437)
Energia elétrica	(41.292)	(36.273)
Serviços de terceiros	(103.015)	(69.793)
Materiais	(6.174)	(5.516)
Produtos químicos	(2.033)	(13.523)
Depreciação e amortização	(9.014)	(9.319)
Despesas gerais	(558)	(618)
Custo de construção (*)	(95.625)	(101.467)
	<u>(324.916)</u>	<u>(301.946)</u>

(\*)Em atendimento ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2019 e 2018, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.



## 21 Despesas comerciais

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Pessoal	(4.026)	(4.241)
Energia elétrica	(952)	(1.113)
Serviços de terceiros	(8.719)	(8.693)
Materiais	(19)	(26)
Depreciação e amortização	(485)	(493)
Despesas gerais	(36)	(51)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e perdas com clientes	(19.106)	(47.495)
	<u>(33.343)</u>	<u>(62.112)</u>

## 22 Despesas administrativas

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Serviços de terceiros	(14.300)	(14.586)
Pessoal	(16.794)	(15.420)
Despesas gerais	(10.809)	(10.050)
Depreciação e amortização	293	10.002
Materiais	(90)	(459)
Energia elétrica	(64)	(55)
	<u>(41.764)</u>	<u>(30.568)</u>

## 23 Outras receitas (despesas), líquidas

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receitas de aluguéis	255	250
Receitas de imobilizado	-	277
Taxa de administração de recebíveis	41	39
Multa impontualidade	662	982
Recuperação de despesas	2	-
Outras receitas e despesas operacionais	(7.373)	5.014
	<u>(6.413)</u>	<u>6.562</u>



## 24 Receitas e despesas financeiras, líquida

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receitas de venda		
Receita financeira de clientes (a)	7.741	8.760
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	1.782	2.722
Outras receitas financeiras	<u>345</u>	<u>33</u>
	9.868	11.515
Despesas		
Descontos concedidos	(13.978)	(12.140)
Encargos e atualização monetária de empréstimos, financiamentos e confissões de dívida	(8.492)	(11.088)
	<u>(22.470)</u>	<u>(23.228)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(12.602)</u>	<u>(11.713)</u>

- (a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 1.299 (R\$ 1.248 em 2018), e multa por impontualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 6.442 (R\$ 7.512 em 2018).
- (b) O valor corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2018, para investimentos ainda não realizados. Assim como, de aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.

## 25 Cobertura de seguros

A Companhia, em face da natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados. A Companhia prevê nos termos de contrato junto aos fornecedores de obras a realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

## 26 Riscos e questões ambientais

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Tal política é implementada e monitorada pela DAM - Diretoria de Articulação e Meio Ambiente. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.



O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil. A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

## 27 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas o Governo do Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão entre outros. A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A COMPESA manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Adiantamento para futuro aumento de capital, no qual o governo aportou recursos para aquisição de ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 19.2);
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Serviços de esgotamento sanitário da região metropolitana por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;

Balço patrimonial	Resultado do período	
	Passivo circulante (Nota 13b)	Passivo não circulante (Nota 17)
Parte relacionada		
Odebrecht Ambiental	1.586	863.405
Odebrecht Ambiental	-	(162.372)
Parte relacionada		
Odebrecht Ambiental		
Despesa		(52.613)
Receita com serviço de construção (nota 21)		95.625
Custo com serviço de construção (nota 22)		(95.625)



Remuneração dos administradores; e

Participação nos resultados dos administradores;

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Controlador		
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	47.839	32.176
Outras partes relacionadas		
Prefeituras e órgãos municipais	32.266	34.036
Remuneração dos Administradores	123	1.269

	<u>31/03/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	54.565	-	39.012	-
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	128.675	8.720	130.458	8.965
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	1.057	512	1.057	512

Resultado do exercício - Os saldos credores referem-se à Receita de prestação de serviços de água e esgoto ao Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e Prefeituras e órgãos municipais. Os devedores referem-se a despesas com remuneração dos administradores.

Ativos circulante e não circulante - Decorrem de contas a receber de clientes e créditos de convênios com o Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e ativo financeiro junto com a BRK Ambiental.

Passivos circulante e não circulante - Decorrem de convênios passivos e confissão de dívida com a Prefeitura Municipal de Petrolina e passivo financeiro junto com a BRK Ambiental.

## Contratos de concessão - Prefeituras

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravatá, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Altinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbí, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Uma, Betânia, Cabo, Pombos, Maraial, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupí, Camutanga, Vertentes, Bezerras, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguarací, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio, Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa. Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

## 28 Instrumentos financeiros

### 28.1 Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez;

Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas, os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

### 28.2 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho designou aos diretores da Companhia a responsabilidade pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os diretores reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.



As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem o objetivo de desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. A Presidência da Companhia é assistida no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões especiais de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Presidente.

### 28.3 Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de um cliente, nos casos do não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (Compesaprev, Compesasaúde e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito).

A Diretoria de Mercado e Atendimento, responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, bem como mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Tais medidas resultaram na redução da inadimplência do recebimento de faturas de clientes, a qual se encontra refletida na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 2015, a Companhia deu prosseguimento às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com o COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a COMPESA, comentado na Nota Explicativa nº 17.1, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008, para fazer em face de este ressarcimento. Com o objetivo de mitigar este risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (COMPESA).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos financeiros não derivativos	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	144.142	79.140
Contas a receber de clientes	531.086	512.111
Créditos de convênios	116.890	115.593
Outros créditos a receber	15.606	17.485
	<u>807.724</u>	<u>724.329</u>

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

	31/03/2019	31/12/2018
Não vencidos	461.651	402.409
Vencidos de 0 a 30 dias	58.345	56.806
Vencidos de 31 a 60 dias	33.652	30.889
Vencidos de 61 a 90 dias	26.806	26.436
Vencidos há mais de 90 dias	227.270	207.789
	<u>807.724</u>	<u>724.329</u>

#### 28.4 Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades em que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia na administração desse risco é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações a vencerem, sobre condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, em 2011 a Companhia negociou com o BNDES (Debêntures) a revisão das suas obrigações contratuais, e destina a disponibilidade de recursos em aplicações financeiras que garantam a liquidez imediata e, quando necessário, utiliza recursos financeiros de seu controlador, oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital, mantendo-se essa política para o trimestre findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ademais, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos covenants (vide Nota Explicativa nº14) definidos nos contratos de debêntures junto ao BNDES.

A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos financeiros não derivativos	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	154.158	156.999
Fornecedores	125.400	128.053
Outras contas a pagar	831.227	775.796
Consignações a recolher	2.833	5.139
Debêntures	132.804	142.067
	<u>1.246.422</u>	<u>1.208.054</u>

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivados							
Empréstimos e financiamentos bancários	154.158	154.158	22.593	21.664	44.026	51.297	14.578
Fornecedores	125.400	125.400	62.700	62.700	-	-	-
Outras contas a pagar	831.227	831.227	5.992	5.988	15.714	9.112	794.421
Consignações a recolher	2.833	2.833	2.833	-	-	-	-
Debêntures	132.804	132.804	25.955	25.956	45.585	35.308	-
	<u>1.246.422</u>	<u>1.246.422</u>	<u>120.073</u>	<u>116.308</u>	<u>105.325</u>	<u>95.717</u>	<u>808.999</u>

## 28.5 Risco de mercado

Divide-se em risco cambial, cuja exposição da Companhia é mínima, e risco de taxa de juros.

### Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (debêntures e empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL) e à Taxa de Referência (TR), e as aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:



	31/03/2019	31/12/2018
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	807.724	724.329
Passivos financeiros	1.246.422	1.208.054
	(a) (438.698)	(483.725)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	166.411	90.639
Passivos financeiros	286.962	299.066
	(b) (120.551)	(208.427)
	(a) - (b) (318.147)	(275.298)

### Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos à taxa variável

	31/03/2019		31/12/2018		31/03/2019		31/12/2018	
	Lucro ou prejuízo		Lucro ou prejuízo		Patrimônio líquido		Patrimônio líquido	
	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos
Ativos financeiros	37.631	36.919	230.698	227.368	37.631	36.919	230.698	227.368
Passivos financeiros	38.626	35.924	235.388	222.678	38.626	35.924	235.388	222.678
	(995)	995	(4.691)	4.691	(995)	995	(4.691)	4.691

### Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos à taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (Outras contas a receber e Créditos - Convênios).



	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>				
Ativos financeiros	807.724	807.724	724.329	724.329
Passivos financeiros	1.246.422	1.246.422	1.208.054	1.208.054
(a)	(438.698)	(438.698)	(483.725)	(483.725)
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
Ativos financeiros	166.411	166.411	90.639	90.639
Passivos financeiros	286.962	286.962	299.066	299.066
(b)	(120.551)	(120.551)	(208.427)	(208.427)
(a) - (b)	(318.147)	(318.147)	(275.298)	(275.298)

(i) Contratos de concessão

Adicionalmente, a Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as Prefeituras Municipais, que possam ensejar perda da "Concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com o órgão regulador ARPE - Agência de Regulação de Pernambuco.

Os serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência exclusiva dos municípios. Diante do verificado, a prefeitura, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de água tratada e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste, se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/95 art. 42 e alterações posteriores), e objetivando regularizá-lo, deve formular a política pública de saneamento conforme legislação específica. Ainda, o município deverá nomear comissão específica que procederá ao trabalho de levantamento e avaliação necessária à determinação do montante de eventual indenização à concessionária. O levantamento será feito através da apuração dos investimentos realizados, não amortizados pelas tarifas; pela depreciação dos bens que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, ou seja, reversíveis; e pela apuração contábil de todos os recursos auferidos ao longo da concessão pela concessionária em razão da prestação dos serviços.

Nestas condições observamos que, devido ao alto custo de infraestrutura, manutenção e administração das Concessões, aliados à escassez de água em nossa região, estas se tornam menos atrativas para a iniciativa privada. Ademais, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico dos municípios, consideramos como remota a possibilidade de não renovação das concessões.

A Compesa, a cada ano, vem melhorando a oferta de água, assim como a prestação de serviços. Única empresa do ramo no estado, não há indícios de nenhum rompimento com alguma concedente. Além disso, a exploração deste negócio exige o dispêndio de elevados recursos e conhecimento técnico. O Governo do Estado, através da companhia, tem investido recursos na ampliação e feito melhorias nos sistemas.



(ii) Revisões tarifárias

A ARPE, com base no Decreto Estadual nº 40.256/14 do Governo do Estado de Pernambuco, que altera o Decreto Estadual nº 33.354/2009, implantou a nova política tarifária por meio das resoluções nº 88/14 e nº 89/14, prevendo reajustes anuais através de índice que reflita a evolução de custos da concessionária, com o objetivo de recompor o valor das tarifas diante das variações monetárias. Também, nos mesmos diplomas legais, foi instituída a revisão tarifária quadrienal, a qual compreende a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no art. nº 38 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

Através das notas técnicas Arpe DEF/CT nº 01/2014 e Arpe DEF/CT nº 02/2014, a metodologia tarifária foi efetivamente definida estabelecendo-se, para o período compreendido entre 2014 a 2017, a seguinte fórmula de reajuste anual tarifário:

$IRT = (0,886 \times IPCA + 0,114 \times IGP-M)$ , onde o peso histórico das despesas da DEX, atribuídas a energia (11,4%), se vincula ao IGP-M, enquanto as demais DEX (88,6%) estão aderidas ao IPCA.

Porém, através da Resolução nº 131, de 11 de abril de 2018, a Arpe suspendeu os eventos da etapa final da Revisão Tarifária Ordinária de 2018 autorizando a aplicação do Índice de Reposicionamento Tarifário Provisório no valor de 2,78%, à partir de 12 de maio de 2018, adotando a mesma fórmula de reajuste anual tarifário, considerando o IPCA e IGP-M acumulados, de 1º fevereiro de 2017 à 28 de fevereiro de 2018, nos valores de 3,1843% e -0,0382%, respectivamente.

A Companhia apresentou, dentro do prazo estabelecido, o estudo de Gestão de Ativos adaptado às disposições metodológicas da Resolução ARPE nº 88/2014, e, em 31/12/2018, aguardava a redefinição de data por parte da ARPE para realização de Reunião Presencial referente à Audiência Pública nº 001/2018 (Revisão Tarifária Ordinária de 2018), onde os trabalhos serão retomados. Em 31/03/2019, a Companhia aguardava definição de retomada dos trabalhos por parte da ARPE.

## 28.6 Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do controlador, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia defina como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas.

## 28.7 Administração do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é apresentada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Total do passivo	1.749.531	1.547.721
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	<u>144.142</u>	<u>82.919</u>
Dívida líquida (A)	1.605.389	1.464.802
Total do patrimônio líquido (C)	<u>5.868.264</u>	<u>5.804.044</u>
Capital ajustado (B)	<u>7.473.653</u>	<u>7.268.846</u>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B) %	<u>0,21</u>	<u>0,20</u>

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital. A Companhia não está sujeita a exigências externas de chamada de capital.

A dívida líquida (A) representa 21% do capital ajustado (B) e 27% sobre o patrimônio líquido (C) da Companhia.

A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos e não efetuou em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 operações com derivativos.

## 29 Créditos aos acionistas

A Companhia não possui no Passivo Não Circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Governo do Estado de Pernambuco.

## 30 Evento subsequente

### PPI - Programas de Parceria de Investimento

Decorrente da Medida Provisória nº727/2016, aprovada em 30/08/2016 pela Câmara dos Deputados, criado para ampliar a relação entre estado e iniciativa privada, o PPI vai tornar o modelo de concessões mais eficiente e atrair novos investimentos em projetos de infraestrutura.

A Compesa possui atualmente a maior PPP do Brasil no setor de saneamento. O programa “Cidade Saneada”, que tem o objetivo de ampliar a cobertura do esgotamento sanitária da Região Metropolitana. O programa é exitoso e é esse o caminho a ser seguido para ampliar os investimentos no interior do estado, visando a ampliação dos nossos serviços.

Recentemente a Compesa foi incluída no PPI - Programas de Parceria de Investimentos, lançado pelo Governo Federal, que tem o objetivo de apoiar os estados nos estudos para definição de um modelo a ser adotado para cada um, para ampliar a cobertura de esgotamento sanitário por meio de parcerias privadas.

A Administração da Compesa entende que não será necessário realizar, neste momento, nenhum ajuste em função deste assunto.

